

## DECLARAÇÃO

**DECLARAMOS**, para os devidos fins, que o **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC** é uma instituição sem fins lucrativos, com sede e foro jurídico na Capital da República, criada e organizada pela Confederação Nacional do Comércio - CNC, de acordo com o disposto no artigo 2.º, do Decreto-lei n.º 8.621, de 10 de janeiro de 1.946, para o fim de organizar e administrar, no território nacional, escolas de aprendizagem comercial.

Na conceituação doutrinária o SENAC é Serviço Social Autônomo, instituído por lei, com personalidade jurídica de Direito Privado, para ministrar, sem fins lucrativos, o ensino comercial aos comerciários e à população em geral que queira de tal ensino se beneficiar (arts. 1.º, 2.º e 3.º, de seu Regulamento, aprovado pelo Decreto n.º 61.843, de 05 de dezembro de 1967), sendo mantido por contribuições parafiscais.

Nas edições posteriores a morte de HELY LOPES MEIRELLES, os atualizadores (EURICO DE ANDRADE AZEVEDO e outros) expõem (30ª ed., p. 366/367):

Serviços sociais autônomos – Serviços sociais autônomos são todos aqueles instituídos por lei, com personalidade de Direito Privado, para ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupos profissionais, sem fins lucrativos, sendo mantidos por dotações orçamentárias ou por contribuições parafiscais. São entes paraestatais, de cooperação com o Poder Público, com administração e patrimônio próprios, revestindo a forma de instituições particulares convencionais (fundações, sociedades civis ou associações) ou peculiares ao desempenho de suas incumbências estatutárias. São exemplos desses entes os diversos serviços sociais da indústria e do comércio (SENAI, SENAC, SESC, Sesi), com estrutura e organização especiais, genuinamente brasileiras.

Essas instituições, embora oficializadas pelo Estado, não integram a Administração direta nem a indireta, mas trabalham ao lado do Estado, sob seu amparo, cooperando nos setores, atividades e serviços que lhes são atribuídos, por considerados de interesse específico de determinados beneficiários. Recebem, por isso, oficialização do Poder Público e autorização legal para arrecadarem e utilizarem na sua manutenção contribuições parafiscais, quando não são subsidiadas diretamente por recursos orçamentários da entidade que as criou.

Como ente de cooperação com o Poder Público, do gênero paraestatal, viceja ao lado do Estado e sob seu amparo, sem subordinação hierárquica a qualquer autoridade pública, ficando apenas vinculado ao órgão estatal mais relacionado com suas atividades, que é o Ministério da Economia, para fins de controle finalístico e prestação de contas do dinheiro recebido para sua manutenção.

Para o custeio dos seus encargos e despesas, os empregadores do comércio e os de atividades assemelhadas pagam mensalmente uma contribuição parafiscal (conforme o disposto nos artigos 4.º, do Decreto-lei n.º 8.621, de 10.01.46, e 6.º, do seu Regulamento, aprovado pelo Decreto n.º 61.843, de 05.12.67), sendo da Secretaria da Receita Federal do Brasil as competências de fiscalização, cobrança, arrecadação e recolhimento de tais contribuições, conforme contido nos artigos 2.º e 3º, da Lei nº 11.457/2007 c/c o art. 109 da IN/RFB n.º 971/2009 que a repassa, posteriormente, após dedução do percentual de 3,5% de taxa de administração, faz o devido repasse ao Senac e demais entidades destinatárias, sendo que constituem rendas do SENAC referidas contribuições, mais doações e legados, auxílios e subvenções, multas arrecadadas por infração de dispositivos legais, regulamentares e regimentais, as rendas oriundas de prestações de serviços e de mutações de patrimônio, inclusive as de locação de bens de qualquer natureza, e as rendas eventuais (conforme artigo 29 do seu Regulamento).

Nenhum recurso do SENAC, quer na Administração Nacional, quer nas Administrações Regionais, pode ser aplicado, seja qual for o título, senão em prol das finalidades da Instituição, de seus beneficiários, ou de seus servidores, na forma prescrita no seu Regulamento (conforme artigo 34 do mesmo).

Seus orçamentos, referentes ao futuro exercício, são apresentados, para exame, ao seu Conselho Fiscal, e, após, encaminhados à sua Administração Nacional, que os apresenta, para aprovação, à Presidência da República, por intermédio do Ministro da Economia (artigos 11 e 13, da Lei n.º 2.613, de 23.09.55; artigos 7.º; 14, "c"; 17 "p", r "; 25, "f"; 26, "e"; 28, I, "b", II, "b", III, "e"; 36; e 37, do seu Regulamento, já citado).

Suas prestações de contas, relativas à gestão econômico-financeira do exercício anterior, são apresentadas, para exame, ao seu Conselho Fiscal e, após, encaminhadas à sua Administração Nacional, que as apresenta ao Tribunal de Contas da União (artigos 14, "e"; 17; 25, "f"; 26, "e"; 28; I, "r", II, "m", III, "e"; 38, parágrafo único; 39; e 40, do Regulamento já citado; 11 e 13, da Lei 2.613, de 23.09.55; art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal), sendo que se submete a auditorias, interna, do seu Conselho Fiscal, e externas, uma, da Controladoria geral da União, e, outra, do Tribunal de Contas da União - TCU.

Em suma, o SENAC é entidade paraestatal, denominada de Serviço Social Autônomo, criada para ministrar atividade de interesse público e, para tal mister, é mantida por contribuições parafiscais. Assim sendo, seus administradores são gestores de recursos considerados, pelo Egrégio Tribunal de Contas da União – que é o órgão de controle e julgamento máximo da Entidade - como tendo natureza pública.

Neste sentido, nos ensina Marçal Justen Filho "(...) a natureza supra-individual dos interesses atendidos e o cunho tributário dos recursos envolvidos impõe a aplicação de regras de direito público". Por isso, o artigo 183 do Decreto-lei n.º 200 já estabelecia que *"As entidades e organizações em geral, dotadas de personalidade jurídica de direito privado, que recebem contribuições parafiscais e prestam serviços de interesse público ou social, estão sujeitas à fiscalização do Estado nos termos e condições estabelecidas na legislação pertinente a cada uma."*

Ainda, corroborando com o entendimento de que é entidade sem fins lucrativos, em face da natureza de suas atividades, o Decreto n.º 61.843, de 05.12.67, aprovou o Regulamento do **SENAC**, o qual sublinha, no parágrafo único do seu art. 7.º, a imunidade do mesmo quanto a impostos, dispondo que:

Art. 7.º. (...)

Parágrafo único. Os bens e serviços do SENAC gozam de imunidade fiscal, consoante o disposto no art. 20, III, 'c', da Constituição.

Sendo que, por sua vez, a atual Constituição Federal, promulgada em outubro de 1.988, contemplou o contido no art. 20, III, "c", da Carta Magna anterior, a que se referia o parágrafo único do art. 7.º, do Decreto n.º 61.843/67, no seu art. 150, VI, "c", e com a seguinte redação:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos estados, ao Distrito federal e aos Municípios:

(...)

VI - Instituir impostos sobre:

(...)

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

Deste modo, o SENAC faz jus ao disposto no art. 150, VI, "c", da Constituição Federal, porque, além de não ter a finalidade e o objetivo de lucro, para ser o que é, precisa atender a todas as normas citadas, pois, se não o fizer, descaracteriza-se e podem seus dirigentes sofrer consequências (penais, inclusive).

Desta forma, cumpre fielmente os requisitos da lei, quais sejam, aqueles dispostos nos artigos 9.º, IV, "c", parágrafo 1.º, e 14, I, II e III, ambos do Código Tributário Nacional (isto é, é instituição de ensino e emprego, sem fins lucrativos, integralmente, no país, seus recursos, na manutenção dos seus objetivos institucionais, mantendo escrituração contábil de suas receitas e despesas, responsabilizando-se pelos tributos que lhe caiba reter na fonte e praticando os atos, previstos em lei, assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros).

Enfim, o **SENAC** tem reconhecidos os direitos emergentes da legislação citada pelo Supremo Tribunal Federal, com o não lançamento, por parte dos órgãos públicos, dos impostos das diversas espécies, como o Imposto de Renda, o Imposto Único sobre Energia Elétrica, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias, o Imposto Predial e territorial Urbano etc., exatamente pela sua natureza não lucrativa.

Citam-se algumas decisões proferidas neste sentido:

AGTE.(S): UNIÃO  
ADV.(A/S): PFN - CINARA RIBEIRO SILVA KICHEL  
AGDO.(A/S): **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM  
COMERCIAL - SENAC**  
ADV.(A/S): CARLOS FAUSTO VENTURA GONÇALVES

Ementa

CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. IMUNIDADE. IOF. 1. A imunidade tributária, prevista no art. 150, VI, c, da Constituição, concernente às entidades assistenciais sem fins lucrativos, incide também sobre o IOF. Precedentes. 2. Improcedência do pedido de sobrestamento do feito, tendo em vista o decidido na ADI 1.802-MC/DF. 3. Agravo regimental improvido.

Decisão A Turma, à unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Relatora. 2ª Turma, 04.08.2009.

(STF. AI 508567 AgR / AM - AMAZONAS AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Relator(a): Min. ELLEN GRACIE Julgamento: 04/08/2009 Órgão Julgador: Segunda Turma)

RECTE. : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
ADVDA. : NEUSA IERVOLINO DE AGUIAR  
RECDA. : **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM  
COMERCIAL - SENAC**  
ADVDS. : MARIA ANTONIETTA MACHADO ANTINORI E  
OUTROS

Ementa

EMENTA: - Recurso extraordinário. - **SENAC. Instituição de**

**educação sem finalidade lucrativa. ITBI. Imunidade. - Falta de prequestionamento da questão relativa ao princípio constitucional da isonomia. - Esta Corte, por seu Plenário, ao julgar o RE 237.718, firmou o entendimento de que a imunidade tributária do patrimônio das instituições de assistência social (artigo 150, VI, "c", da Constituição) se aplica para afastar a incidência do IPTU sobre imóveis de propriedade dessas instituições, ainda quando alugados a terceiros, desde que os aluguéis sejam aplicados em suas finalidades institucionais. - Por identidade de razão, a mesma fundamentação em que se baseou esse precedente se aplica a instituições de educação, como a presente, sem fins lucrativos, para ver reconhecida, em seu favor, a imunidade relativamente ao ITBI referente à aquisição por ela de imóvel locado a terceiro, destinando-se os aluguéis a ser aplicados em suas finalidades institucionais. Recurso extraordinário não conhecido. (RE 235737 / SP - SÃO PAULO, RECURSO EXTRAORDINÁRIO Relator(a): Min. MOREIRA ALVES. Julgamento: 13/11/2001 Órgão Julgador: Primeira Turma)**

**RECTE.(S) : SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC**

**ADV.(A/S) : ÂNGELA PAES DE BARROS DI FRANCO E OUTRO(A/S)**

**RECDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

**PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

**INTDO.(A/S) : CHEFE DA SUBDIVISÃO DE IMUNIDADE E INSCRIÇÕES DO DEPARTAMENTO DE RENDAS IMOBILIÁRIAS DA SECRETARIA DAS FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

**Ementa**

**EMENTA Imunidade. Entidade educacional. Artigo 150, inciso VI, alínea c, da Constituição Federal. ITBI. Aquisição de terreno sem edificação. Fato gerador. Momento da aquisição. Destinação às finalidades essenciais da entidade. Presunção. Ônus da prova. Precedentes. 1. No caso do ITBI, a destinação do imóvel às finalidades essenciais da entidade deve ser pressuposta, sob pena de não haver imunidade para esse tributo. 2. A condição de um imóvel estar vago ou sem edificação não é suficiente, por si só, para destituir a garantia constitucional da imunidade. 3. A regra da imunidade se traduz numa negativa de competência, limitando, a priori, o poder impositivo do Estado. 4. Na regra imunizante, como a garantia decorre diretamente da Carta Política, mediante decote de competência legislativa, as presunções sobre o enquadramento originalmente conferido devem militar a favor das pessoas ou das entidades que**

apontam a norma constitucional. 5. Quanto à imunidade prevista no art. 150, inciso VI, alínea c, da Constituição Federal, o ônus de elidir a presunção de vinculação às atividades essenciais é do Fisco. 6. Recurso extraordinário provido.  
(RE 470520 / SP - SÃO PAULO RECURSO EXTRAORDINÁRIO  
Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI. Julgamento: 17/09/2013.  
Órgão Julgador: Primeira Turma)

AGTE.(S): ESTADO DE SÃO PAULO  
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
AGDO.(A/S): SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC  
ADV.(A/S): ROBERTO MOREIRA DA SILVA LIMA E OUTRO(A/S)  
Ementa  
Ementa: PROCESSUAL CIVIL. ENTIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. IPVA. RECONHECIMENTO. ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 279/STF. PRECEDENTE. FUNDAMENTO INFRACONSTITUCIONAL SUFICIENTE PARA MANTER O ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. SÚMULA 283/STF. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.  
(RE 600361 AgR / SP - SÃO PAULO. AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI. Julgamento: 10/09/2013. Órgão Julgador: Segunda Turma)

Diante o exposto, verifica-se que, por esta instituição septuagenária ter sido criada por lei para, sem fins lucrativos, promover a formação profissional do comerciário e da população que queira se beneficiar, enquadra-se na previsão legal do disposto no artigo 24, XIII, da Lei n.º 8.666/93, qual seja:

**Art. 24. É dispensável a licitação:**

XIII – na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos;

Neste sentido, inclusive, citam-se acórdãos proferidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul (esfera administrativa), que auditou a Prefeitura local quando da contratação por esta do SENAC/MS, por dispensa de licitação e decidiu como **regular e legal** referida contratação, como também o

proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5.<sup>a</sup> Região (esfera judicial), que analisou a arguição de nulidade da contratação pelo SUDENE e Fundação da Universidade de Pernambuco do SEBRAE/PE para execução de um programa com fundamento no artigo 24, XIII, da Lei 8.666/93, e **decidiu também como regular o procedimento.**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. CURSOS SENAC. DISPENSA DE LICITAÇÃO. EXECUÇÃO FINANCEIRA. EMPENHO. REGULARIDADE E LEGALIDADE** Em exame o procedimento licitatório - dispensa de licitação, a formalização do contrato administrativo nº 01/2012 e sua execução financeira, referente à contratação pública celebrada entre o MUNICÍPIO DE CORUMBÁ por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA DE CORUMBÁ, e o SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL-SENAC-MS, visando à prestação de serviços de aplicação de curso de geração de renda e inclusão produtiva para as famílias cadastradas no Centro de Referência da Assistência Social inseridas no Cadastro Único e beneficiárias do Programa Bolsa Família. Apresentada a Justificativa para dispensa de licitação e a contratação direta em razão do enquadramento conforme dispõe o art. 24, inc. XII, da Lei 8.666/93, o parecer jurídico foi favorável, conforme peça 13. Firmado o contrato administrativo (peça 29) o mesmo foi devidamente publicado (peça 30) e emitida nota de empenho (peça 28). A 5ª ICE procedeu à Análise Processual (ANP-5ICE-4584/2013 – peça 31) e verificou a ausência de documentação para comprovação da regularidade e legalidade da dispensa da licitação. Notificado o Ordenador de Despesas, vieram os documentos de peça 36. Realizada a Análise Conclusiva (ANC-5ICE-15291/2013 – peça 37) constatou-se a existência dos documentos comprobatórios para verificação da regularidade da dispensa do procedimento licitatório, da formalização do contrato administrativo e sua execução, em conformidade com a Lei Federal n. 8.666/93 e com a INTC/MS n. 35/11. O Ministério Público de Contas também opinou pela regularidade e legalidade dos atos praticados no decorrer da 1ª e 2ª fases, conforme parecer PAR-MPC-GAB.2 DR.JOAOMJ-16272/2013 – peça 42). É o relatório. Das razões de decidir. **Verifico por meio da documentação acostada aos autos que a Dispensa do processo licitatório e a contratação direta atende os requisitos da Lei 8.666/93 tendo em vista que a contratada trata-se de instituição de desenvolvimento do ensino e de inquestionável reputação ético-profissional e sem fins lucrativos, conforme preconizado pelo art. 24, inc. XIII, da Lei 8.666/93. O contrato firmado n. 01/2012 encontra-se regular tendo em vista que em seus termos constam seus elementos essenciais: objeto, prazo e vigência, prorrogação, valor pactuado, condições de pagamento, reajuste e dotação orçamentária. Quanto à execução contratual, esta foi devidamente comprovada da seguinte maneira: EXECUÇÃO FINANCEIRA Valor do contrato R\$33.169,00 Valor do empenho (NE) R\$33.169,00 Despesa líquida (NF) R\$33.169,00**



Pagamento efetuado (OB/OP) R\$33.169,00 Conforme demonstra o quadro acima, a despesa realizada restou devidamente empenhada, liquidada e paga, perfazendo o montante de R\$33.169,00 (trinta e três mil e cento e sessenta e nove reais), de acordo com as normas de finanças públicas prescritas nos artigos 60 a 65 da Lei 4.320/64. Diante do exposto, com fundamento no art. 13, V, c.c art. 311, I e II, e art. 312, I, do Regimento Interno TC/MS, aprovado pela RNTC/MS nº 57/2006, acolhendo o Parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDO pela REGULARIDADE e LEGALIDADE do procedimento licitatório – Dispensa de licitação**, da formalização do Contrato Administrativo nº 01/2012 e sua execução financeira, referente à contratação pública firmada entre o Município de Corumbá por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Corumbá, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial-Senac-MS. É a decisão. Publique-se. Campo Grande, 12 de fevereiro de 2014. Ronaldo Chadid Conselheiro Relator (TCE-MS - CONTRATO ADMINISTRATIVO: 221392012 MS 1267923, Relator: RONALDO CHADID, Data de Publicação: Diário Oficial do TCE-MS n. 0844, de 18/03/2014)

CIVIL. AÇÃO CIVIL POR ATOS DE IMPROBIDADE. CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE A SUDENE E A FADE - FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UFPE. CONTRATAÇÃO DO SEBRAE/PE COM DISPENSA DE LICITAÇÃO. TERCEIRIZAÇÃO DE PARTE DOS SERVIÇOS ATRAVÉS DE NOVA DISPENSA DE LICITAÇÃO. ESCOPO DE ATUAÇÃO DO SEBRAE/PE. ALEGAÇÃO DE BURLA AO CERTAME LICITATÓRIO. INEXISTÊNCIA. NÃO TIPIFICADO QUALQUER ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA OU MALFERIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA MORALIDADE E DA IMPESSOALIDADE. I. Ação Civil por atos de improbidade atacando possível burla à licitação realizada no âmbito de convênio celebrado entre a SUDENE e a FADE - Fundação para o Desenvolvimento da UFPE, com posterior contratação do SEBRAE/PE. II. Convênio celebrado entre a SUDENE e a FADE, tendo como objeto o apoio ao desenvolvimento das micro e pequenas empresa da área de atuação da primeira. III. Atribuição à SUDENE, em momento posterior ao da celebração do convênio em tela, pelo Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool, da execução do programa de equalização dos custos de produção, acarretando a indicação, por parte desta, da contratação do SEBRAE/PE para realizar parte do programa, no bojo do acordo em vigor. IV. Contratação do SEBRAE/PE pela FADE, através de dispensa de licitação, em virtude da dicção do art. 24, XIII da Lei de Licitações (nº 8.666/93), que autoriza a dispensa "na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos". V. Contratação, por parte do SEBRAE/PE, de serviços terceirizados, como parte dos trabalhos, dispensando a licitação em função dos valores estabelecidos em regulamento próprio, alcançando apenas



parte do montante contratado (R\$36.991,00 de R\$135.300,00). VI. A natureza do trabalho do SEBRAE/PE pressupõe a necessidade de contar com serviços terceirizados para a consecução de seus objetivos, não descaracterizando a sua qualidade de instituição de ensino e desenvolvimento institucional. Não é razoável crer que, com o amplo escopo de sua atuação, mantenha quadro próprio para realizar absolutamente todas as atividades que lhe são atribuídas. VII. Inexistência de ato de improbidade, não havendo burla à licitação. VIII. Inocorrência de malferimento aos princípios da moralidade e da impessoalidade. IX. Apelações improvidas.

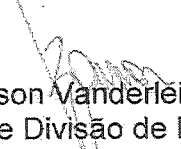
(TRF-5 - AC: 337812 PE 2001.83.00.014236-4, Relator: Desembargadora Federal Margarida Cantarelli, Data de Julgamento: 06/09/2005, Quarta Turma, Data de Publicação: Fonte: Diário da Justiça - Data: 03/10/2005 - Página: 1009 - Nº: 190 - Ano: 2005).


E é assim, sob esse fundamento legal, que a entidade tem sido contratada por órgãos e entidades componentes da Administração Pública para prestação de serviços de ensino e formação profissional.

Diante do exposto, é justificável a dispensa de licitação sob esse fundamento.

Curitiba, 24 de março de 2021.

  
Rodrigo Sepulcri Rosalem  
Diretor Regional

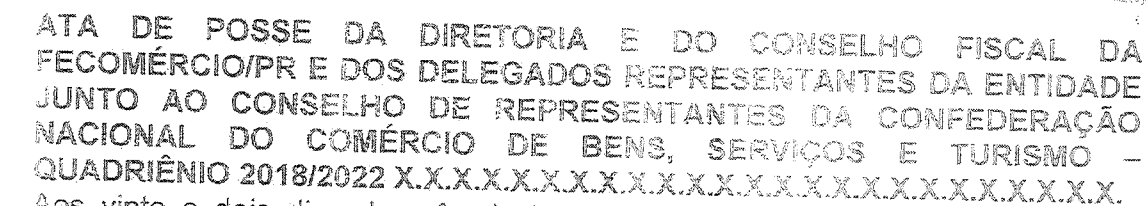
  
Jeferson Vanderlei Basso  
Diretor de Divisão de Finanças e  
Desenvolvimento Organizacional

  
Paulo Sérgio de Souza  
Advogado

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
Administração Regional no Estado do Paraná

Rua André de Barros, 750, Centro | CEP 80010-080 | Curitiba PR  
Tel. 41 3219-4700 | 0800 643 6 346 | parana@pr.senac.br

www.pr.senac.br



Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e dezoito, às 16 horas realizou-se, na sede da Entidade (Rua Visconde do Rio Branco, 931 - 7º andar, em Curitiba, Paraná) a solenidade de posse oficial da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Delegados Representantes da Fecomércio/PR junto ao Conselho da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, gestão 2018/2022, eleitos em 11 de maio de 2018. O ato foi presidido pelo Senhor **ARI FARIA BITTENCOURT**, Presidente em exercício da Fecomércio/PR.

**ABERTURA:** O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, declarando aberto o presente ato de posse, convidando o Superintendente Regional do Trabalho, Senhor PAULO KRÔNEIS, para fazer parte da Mesa e empossar oficialmente a nova diretoria da Fecomércio/PR eleita em 11 de junho de 2018, para o mandato 2018/2022. Também compuseram a Mesa dos trabalhos o Sr. Luiz Fernando Busnardo, Chefe da Seção de Relações do Trabalho, e o Sr. Paulo Cesar Naujack, Vice-Presidente da Fecomércio/PR.

**SECRETÁRIO AD HOC:** O Senhor presidente nomeia como Secretário Ad Hoc o Superintendente Administrativo da Fecomércio PR. Senhor EDUARDO LUIZ GABARDO MARTINS. **PEDIDO DE LICENÇA DO PRESIDENTE DARCI**

**PEDIDO DE LICENÇA DO PRESIDENTE DARCI PIANA:** O Presidente comunica o pedido de licença do Presidente Eleito Darcy Piana e solicita ao Senhor EDUARDO LUIZ GABARDO MARTINS, a leitura da do Ofício, datado de 06/06/2018, que formalizou o afastamento, que segue transcrito em sua íntegra: "Curitiba, 06 de junho de 2018. Ao Ilustre Ari Faria Bittencourt, DD. 1º Vice-Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná – FECOMÉRCIO/PR. Senhor 1º Vice-Presidente. Cumpro-me COMUNICAR AO PREZADO MEU PEDIDO DE LICENÇA DA PRESIDÊNCIA DA FECOMÉRCIO/PR, por motivos particulares, a partir de hoje, dia 06/06/2018 até o término do mandato ora em vigor, referente ao QUADRIÊNIO 2014/2018, o qual assumimos em 23/06/2014. e, ainda, considerando que a posse para o NOVO mandato está prevista em Assembleia do próximo dia 22/06/2018. Em anexo estão os TERMOS DE TRANSMISSÃO DE CARGO NA PRESIDÊNCIA DA FECOMÉRCIO/PR, e, igualmente, PARA A PRESIDÊNCIA DOS CONSELHOS REGIONAIS DO SESC/PR E DO SENAC/PR, datados deste mesmo dia 06/06/2018, os quais lhe transmito com todas as prerrogativas das respectivas funções até o término dos presentes mandatos. Peço-lhe que informe à Diretoria da FECOMÉRCIO/PR e CONSELHOS REGIONAIS DO SESC/PR E SENAC/PR este meu pedido de licença e sua assunção aos cargos em minha substituição, na primeira oportunidade e pelo meio que julgar conveniente, bem como encaminhando a compreensão e desejo-lhe profícua gestão, aliás, a qualquer tempo a certeza de seu efetivo cumprimento, a julgar por seu desempenho nos últimos anos."

DARCI PIANA  
Presidente

**1º VICE-PRESIDENTE**  
**EDUARDO LUIZ GABARDO MARTINS**

Fidei-juramentum assinado por mim, o Sr. Eduardo Luiz Gabardo Martins, 1º Vice-Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná - FECOMÉRCIO/PR, no ato da assinatura.

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

R. Visconde do Rio Branco 931/9º andar – Mercado – CEP 30040-000

TEL + 55 41 3883 4500 | FAX + 55 41 3883 4502 | 3883 4503

CNPJ 02.818.811/0001 - 20 | [federacao@fecomercio.org.br](mailto:federacao@fecomercio.org.br)

[illegible]

1. Marina Original Certificate

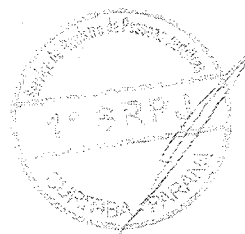
☐ Mariene Boers-Romero

☐ Mariana Korkut Barbosa



**Fecomércio PR**

Sesc | Senac | IFPD



sempre voltado às finalidades legais e regulamentares de nossas instituições.

**DARCI PIANA - Presidente da Fecomércio/PR e Conselhos Regionais do SESC/PR e SENAC/PR".**

**JUSTIFICATIVA DE IMPOSSIBILIDADE TEMPORÁRIA DE TOMAR DE POSSE :** O Presidente solicita ao Secretário para que proceda também a leitura da carta apresentada pelo Senhor Darci Piana, presidente eleito da Fecomércio/PR, justificando sua impossibilidade temporária de tomar posse, a qual segue também transcrita em sua íntegra: "Curitiba, 14 de junho de 2018. Ilustríssimo Senhor, Ari Faria Bittencourt, Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná. Curitiba – PR. Senhor Presidente, Informo-lhe que, por motivos particulares, e em virtude de desincompatibilização prevista no artigo 1º, inciso III, alínea "a" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, não poderei tomar posse do cargo de Presidente eleito da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná, no próximo dia 22 de junho de 2018, relativo à gestão 2018/2022, o que o farei oportunamente, em dia e horário previamente agendado com Vossa Senhoria e demais diretores, nos termos do art. 26 do Estatuto. Peço-lhe ainda, que transmita essa informação à Diretoria dessa entidade. Sem mais, agradeço pela atenção e consideração. Darci Piana". Após a leitura da carta, o Diretor Abrão José Melhem solicitou um aparte para manifestar cumprimentos ao Presidente Licenciado, Darci Piana, pela iniciativa corajosa de se lançar pré-candidato a Vice-Governador, representando a classe empresarial do comércio, em um momento que não se pode mais simplesmente criticar, mas sim participar efetivamente das decisões que afetam as atividades do setor que emprega o maior número de pessoas e representa a maior parcela do PIB de nosso Estado. Por outro lado, elogiou o Vice-Presidente, Ari Faria Bittencourt, pela sua capacidade já comprovada, experiência e serenidade, que assumirá a Presidência efetiva da entidade nesse período de licença temporária do Presidente Darci Piana.

**PRESENTE À REUNIÃO:** Foram registradas as presenças de diretores da Fecomércio/PR, conforme lista de presenças.

**JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIA:** Foram justificadas as seguintes ausências: Edénir Zandoná Junior, Everton Muffato, Cesar Moro Tozetto, Joselito Socella, Mauro Merigue, Paulo Salesbram, Flavio Barbosa Andreo, Agostinho Francisco Sabadin, Horst Adelberto Waldraff, Justino Rodrigues da Fonseca, Carlos Batista Rodrigues, Eduardo Rubens de Andrade, Sandro Augusto Sabadin, Nasser Hammoud, Osnei José Simões Santos, Carlos Antonio Amaral Monteiro, Cristiane Guimarães Boiko Rossetim e Rodinei Nogueira. Os referidos diretores não puderam comparecer à solenidade de posse. Sendo assim, tomarão posse em data oportuna, mediante termo de posse em separado.

**ATO DE POSSE:** O Senhor Presidente em exercício ARI FARIA BITTENCOURT fez um breve relato e passou a palavra ao Superintendente Regional do Trabalho, Senhor PAULO KRONÉIS, para iniciar o Ato de Posse. Com a palavra, o Senhor PAULO KRONÉIS declarou empossada a nova diretoria da Fecomércio/PR, mandando de 22 de junho de 2018 a 22 de junho de 2022, com exceção do Senhor Darci Piana, conforme justificativa acima mencionada, retornando a seguir que o

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná - Curitiba - PR  
R. Visconde do Rio Branco 931/ 6º andar - Mercês - CEP 80419-001 - Curitiba/PR  
TEL + 55 41 3883 4500 | FAX + 55 41 3883 4502 | 3883 4503  
CNPJ 02.818.811/0001 - 20 | federacao@fecomercio.pr.com.br | www.fecomercio.pr.com.br

|   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mariana Cristina Longhi Vicei<br><input type="checkbox"/> Marilena Board Romero<br><input type="checkbox"/> Mariana Konkai Barbosa | 19 JUN. 2018<br>A presente ata foi lida e aprovada em sessão solene realizada em 19 de junho de 2018, às 14h30min, no Auditório da Fecomércio/PR, sob a presidência do Senhor Darci Piana. |
|---|--|



**Fecomércio PR**

Sesc | Senac | IFPD



diretores eleitos presentes ao Ato, assinem o respectivo **Termo de Posse**. Declarou, então, na qualidade de Superintendente Regional do Trabalho, empossados para o quadriênio 2018/2022: o Sr. ARI FARIA BITTENCOURT, 1º Vice-Presidente da Fecomércio/PR, os demais membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e os Delegados Representantes da Entidade junto ao Conselho da Confederação Nacional do Comércio. Em seguida, procedeu a leitura do "Termo de Posse" – a ser assinado por todos os Diretores presentes e apensado à presente ata –, que segue transcrito a seguir na íntegra: "Nós, membros da Diretoria e do Conselho Fiscal da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná (Fecomércio/PR), bem como os Delegados Representantes da entidade junto ao Conselho de Representantes da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), eleitos para o quadriênio 2018/2022, iniciado nesta data e com término previsto para 22 de junho de 2022, assumimos solenemente o compromisso de respeitar o exercício do nosso mandato, a Constituição Federal, as Leis vigentes e o Estatuto da Entidade, colaborando da melhor forma possível para o crescimento e desenvolvimento da Instituição, dos sindicatos filiados e das empresas integrantes das categorias representadas. Firmamos o presente, cientes de que este documento é também válido como lista de presenças na posse oficial da Diretoria e Conselho Fiscal da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná, e dos Delegados Representantes da Entidade junto ao Conselho de Representantes da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo eleitos para o quadriênio 2018-2022 realizada nesta data, às 16h. Curitiba, 22 de junho de 2018".

**COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA, DO CONSELHO FISCAL E DA REPRESENTAÇÃO DA ENTIDADE JUNTO AO CONSELHO DE REPRESENTANTES DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO:** Na sequência, o Secretário Ad Hoc, EDUARDO LUIZ GABARDO MARTINS, procedeu a leitura dos nomes que compõem a Diretoria, o Conselho Fiscal e a Representação da Fecomércio/PR junto ao Conselho de Representantes da Confederação Nacional do Comércio, eleitos no pleito de 11 de maio de 2018, a saber: Presidente: Darci Piana CPF: 008.608.089-04 – Dasa Consultoria Ltda – ME CNPJ: 88.121.371/0001-72; (temporariamente impossibilitado de tomar posse); 1º Vice-Presidente: Ari Faria Bittencourt CPF: 027.533.089-34 – Ari Faria Bittencourt - ME CNPJ: 76.182.625/0001-83; 2º Vice-Presidente: Paulo Cesar Naujack – ME CPF: 320.771.659-87 – Paulo Cesar Naujack CNPJ: 81.041.865/0001-06; 3º Vice-Presidente: Luiz Carlos Borges da Silva CPF: 221.963.159-15 – Imobiliária Outra Sul Ltda – ME CNPJ: 79.794.962/0001-10; 4º Vice-Presidente: Paulo Herminio Pennacchi CPF: 069.840.299-53 – Pennacchi & Cia Ltda CNPJ: 95.410.163/0007-44; 5º Vice-Presidente: Carlos Rodrigues do Nascimento CPF: 100.356.999-49 – Wadipel Comércio de Papeis Ltda CNPJ: 79.801.601/0001-53; 6º Vice-Presidente: Paulo Beal CPF: 476.222.539-87 – Cia Beal de Alimentos CNPJ: 78.116.670/0001-65; 7º Vice-Presidente: Ulisses Piva CPF: 396.032.155-00 – Piva & Cia Ltda CNPJ: 76.641.240/0001-37; 8º Vice-Presidente: Alvaro Zandoni Junior

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná  
R. Visconde do Rio Branco 931/ 6º andar – Mercês – CEP 80110-001 – Curitiba/PR  
TEL + 55 41 3883 4500 | FAX + 55 41 3883 4502 | 3883 4503  
CNPJ 02.818.811/0001 - 20 | federacao@fecomercio.pr.com.br

29 JUN. 2018

☐ Mariana Cristina Bonghini Vitcel

☐ Marlene Boaro Romero

☐ Mariana Konkel Barbosa



**Fecomércio PR**

Sesc | Senac | IFPD



CPF: 254.544.129-53 – Farmácia Drogabá Ltda - EPP CNPJ: 75.079.574/0001-04; 9º Vice-Presidente: Ali Saadeddine Wardani CPF: 100.970.589-04 – Móveis Karina Eireli – EPP CNPJ: 76.893.361/0001-76; 10º Vice-Presidente Câmara do Comércio Atacadista: Pedro Joanir Zonta CPF: 094.576.669-68 – Condor Super Center Ltda CNPJ: 76.189.406/0001-26; 11º Vice-Presidente Câmara do Comércio Varejista: José Alex Gonçalves Figueira CPF: 084.371.328-35 – José Alex Gonçalves Figueira - EPP CNPJ: 84.896.885/0001-49; 12º Vice-Presidente Câmara de Agentes Autônomos: Luiz Sérgio Wozniak CPF: 274.487.979-72 – Digidata Consultoria e Serviços de Processamento de Dados Ltda CNPJ: 79.193.363/0001-40; 13º Vice-Presidente Câmara de Assuntos do Mercosul: Valter da Silva Barros CPF: 142.527.409-91 – Eletrobarros Materiais Elétricos Ltda CNPJ: 82.462.250/0001-08; 14º Vice-Presidente Câmara de Turismo: Everton Muffato CPF: 004.395.979-27 – Irmãos Muffato & Cia Ltda CNPJ: 76.430.438/0031-97; 15º Vice-Presidente Câmara de Mediação e Arbitragem: José Carlos Loureiro Neto CPF: 686.346.769-00 – J.C. Loureiro Neto & Cia Ltda - EPP CNPJ: 81.472.680/0002-48; DIRETORES SECRETÁRIOS: 1º Secretário: Idalberto Batista Vilas Boas CPF: 592.053.009-00 – Espolador Comércio de Calçados Ltda - EPP CNPJ: 79.788.899/0001-09; 2º Secretário: Nelcir Antônio Ferro CPF: 431.453.379-04 – Ralliffer Comércio de Medicamentos e Perfumaria Ltda - ME CNPJ: 05.609.345/0001-60; 3º Secretário: Aida Santos Assunção CPF: 348.845.729-04 – Floricultura Flor & Arte Ltda CNPJ: 01.332.367/0001-75; DIRETORES TESOUREIROS: 1º Tesoureiro: Nelson José Bizoto CPF: 203.400.799-91 – Levevida Equipamentos Ltda - EPP CNPJ: 08.248.374/0001-32; 2º Tesoureiro: Sigismundo Mazurek CPF: 000.430.369-53 – Rei das Fechaduras Ltda CNPJ: 77.620.599/0001-90; 3º Tesoureiro: Juarez Berti Frizzo CPF: 332.479.609-10 – Polifreios Representações Comerciais Ltda - ME CNPJ: 04.169.495/0001-38; DIRETORES PARA ASSUNTOS SINDICAIS: José Alberto Pereira CPF: 236.707.509-06 – Surfamon Produtos e Serviços Óticos Ltda - EPP CNPJ: 81.763.625/0001-07, Leopoldo Nestor Furlan CPF: 241.340.319-15 – Auri Verde Ltda - EPP CNPJ: 77.406.593/0001-15, Gêlcio Miguel Schibelbein CPF: 319.140.479-15 – GT Floricultura Ltda - ME CNPJ: 08.343.380/0001-79, Cesar Moro Tozetto CPF: 597.776.059-00 – Tozetto & Cia Ltda CNPJ: 80.221.013/0001-20; DIRETORES PARA ASSUNTOS DE RELAÇÕES DE TRABALHO: Abrão José Melhem CPF: 079.161.679-72 – Melhem & Cia Ltda CNPJ: 77.883.239/0001-81, Ovhanes Gava CPF: 605.637.969-87 – Inkbiue Suprimentos para Informática Ltda - ME CNPJ: 07.124.725/0001-30, José Carlos Strassi CPF: 604.976.709-25 – Strassi Confecções Ltda - ME CNPJ: 07.734.059/0001-52, Airton José Trento CPF: 352.712.139-00 – Trento Tecidos Ltda - ME CNPJ: 77.982.528/0001-38; DIRETORES PARA ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS: Everton Calamucci CPF: 321.159.489-87 – Despachante Autônomo Matrícula: 0101073-5, Antonio Barea CPF: 028.885.729-15 – Anb Farma Ltda CNPJ: 73.773.129/0001-06, Pedro Cesar Vinholi CPF: 387.597.219-87 – Estacionamento Estacenter Santa Catarina Ltda CNPJ: 00.787.462/0001-09; DIRETORES

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná  
R. Visconde do Rio Branco 931/ 6º andar – Mercês – CEP 80410-001 – Curitiba-PR  
TEL + 55 41 3883 4500 | FAX + 55 41 3883 4502 | 3883 4509  
CNPJ 02.816.811/0001 - 20 | federacao@fecomercio.pr.com.br | www.fecomercio.pr.com.br

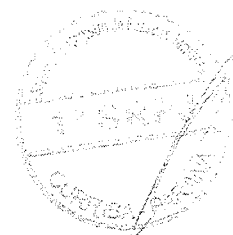
**PARA AUTENTICAÇÃO**  
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado nesta Serventia.  
Curitiba, 29 JUN. 2018  
☐ Mariana Cristina Loggini Vitzel  
☐ Mariana Boaro Roberto  
☐ Mariana Konkkel Barbosa

Valido somente com o selo de autenticação na última folha.



**Fecomércio PR**

Sesc | Senac | IFPD



DESENVOLVIMENTO COMERCIAL: José Marioli Simão CPF: 244.723.879-72  
 – Farmácia Serena Ltda - EPP CNPJ: 78.110.533/0001-13, Joselito Soncella  
 CPF: 459.779.769-68 – Pé Vermelho Corretora de Café e Cereais S/S Ltda  
 CNPJ: 06.273.037/0001-70, Beloir João Rotta CPF: 476.488.309-06 – Maxxi  
 Leite Ltda- ME CNPJ: 00.947.746/0001-07; DIRETORES PARA ASSUNTOS DE  
 CRÉDITO: João Inácio Kreuz CPF: 224.867.049-49 – João Inácio Kreuz & Cia  
 Ltda CNPJ: 76.885.953/0001-46, Ademair Bayer CPF: 046.417.601-87 – BZS  
 Informática Ltda - ME CNPJ: 01.151.247/0001-71, Paulo Salesbram CPF:  
 Salesbram Transportes e Comércio de Frutas Verduras e Cereais Ltda – ME  
 CNPJ: 78.925.674/0001-94; DIRETORES PARA ASSUNTOS DE RELAÇÕES  
 DE CONSUMO: Valdir José Civiero CPF: 595.815.069-34 – Nereci Civiero & Cia  
 Ltda – EPP CNPJ: 02.068.817/0001-27, Flavio Andreo Barbosa CPF:  
 081.751.209-00 – Belagrícola Comércio e Representações de Produtos  
 Agrícolas S/A CNPJ: 79.038.097/0001-81, Mauro Merigue CPF: 538.503.438-04  
 – Centraimoda – Tecidos e Confecções Ltda – EPP CNPJ: 02.881.856/0001-49;  
 DIRETORES PARA ASSUNTOS DE COMÉRCIO EXTERIOR: Gumerindo  
 Ferreira dos Santos Junior CPF: 027.096.618-88 – Super G Distribuidora de  
 Produtos Alimentícios Ltda CNPJ: 05.797.331/0002-07, Luciano Camilotti CPF:  
 887.803.291-91 – IMC Industrial Madeireira Camilotti Ltda CNPJ:  
 03.952.298/0001-28; DIRETORES PARA ASSUNTOS DE HABITAÇÃO E  
 IMOBILIÁRIO: Lilliana Ribas Tavararo CPF: 252.706.649-68 – Tavararo  
 Empreendimentos Imobiliários Ltda CNPJ: 04.504.028/0001-17, Ricardo Hirodi  
 Toyofuku CPF: 567.164.439-91 – Toyo Imóveis Ltda CNPJ: 02.043.435/0001-  
 49; CONSELHO FISCAL MEMBROS EFETIVOS: 1º Wanderley Antônio  
 Nogueira CPF: 111.858.999-87 - Embrepar Distribuidora de Peças Ltda CNPJ:  
 75.592.006/0001-02, 2º Agostinho Francisco Sabadin CPF: 125.311.629-68 -  
 Copeçal Comércio de Peças e Acessórios Ltda CNPJ: 76.430.321/0001-98, 3º  
 Jorge Dib Manne CPF: 652.074.089-68 – Aspideck Indústria e Comércio de  
 Confecções Eireli - EPP CNPJ: 01.659.742/0001-96; MEMBROS SUPLENTEs:  
 1º Rogério Vosnika CPF: 393.497.809-68 – Pactual Comércio e Importação Ltda  
 CNPJ: 05.165.237/0001-46, 2º Enéas dos Santos Brum CPF: 042.559.339-87 -  
 Agência Brum de Revistas Ltda CNPJ: 78.210.895/0001-86, Gabriel Baron  
 Junior CPF: 201.965.209-91 – Barão Leilões -Leiloeiro Público Oficial –  
 Matrícula 585; SUPLENTEs DA DIRETORIA: 1º Luis Carlos Favarin CPF:  
 279.992.119-15 – Ciamáquinas – Comércio de Móveis Ltda - EPP CNPJ:  
 82.204.025/0001-71; 2º Neuri Nilo Garbin CPF: 285.345.069-49 – N. Garbin &  
 Cia Ltda – EPP CNPJ: 78.421.047/0001-16; 3º Sidney Catenaci CPF:  
 114.378.989-04 – Flex Serviços e Turismo Ltda CNPJ: 21.127.432/0001-38; 4º  
 Zildo Costa CPF: 071.939.129-68 – Instar Instalações e Comércio de  
 Eletroeletrônicos Ltda CNPJ: 77.050.409/0001-47; 5º Said Khaled Omar CPF:  
 320.354.899-20 – Said Khaled Omar e Cia Ltda CNPJ: 39.921.443/0001-43; 6º  
 Camilo Turmina CPF: 233.669.079-91 – CT Joalheira LIONATO ESPINOSA  
 75.994.632/0001-17; 7º Horst Adelberto Waldraff CPF: 004.210.579-04  
 Comercial Bandeirante Ltda CNPJ: 81.636.615/0001-00

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná  
 R. Visconde do Rio Branco 931/ 6º andar – Mercês – CEP 80110-001  
 TEL + 55 41 3883 4500 | FAX + 55 41 3883 4502 | 3883 4503  
 CNPJ 02.818.811/0001 - 20 | [federacao@fecomercioor.com.br](mailto:federacao@fecomercioor.com.br) | [www.fecomercioor.com.br](http://www.fecomercioor.com.br)

29 JUN 2018

☐ Mariana Cristina Longhi Vice

☐ Mariana Clara Romero

☐ Mariana Konkel Barbosa

Válido somente com o selo de autenticidade da entidade.



Veronese CPF: 588.557.429-49 – Emersom Acessórios Ltda- ME CNPJ: 03.685.943/0001-93; 9º Onésimo Santos de Anunciação CPF: 224.784.509-68 - M. L. DE ANUNCIACAO - VIVA CURITIBA CNPJ: 09.599.893/0001-08; 10º Justino Rodrigues da Fonseca CPF: 020.749.038-47 – Centro de Formação de Condutores Piloto Ltda – EPP CNPJ: 82.483.975/0001-82; 11º Carlos Batista Rodrigues CPF: 570.577.029-49 – Mais Econômica Modas Ltda - ME CNPJ: 14.728.359/0001-94; 12º Nilson José Zancan CPF: 171.510.589-34 – Zancan & Cia Ltda - EPP CNPJ: 80.283.674/0001-80; 13º Eduardo Rubens de Andrade CPF: 017.973.369-91 - Rosibrás Comercial Atacadista de Bebidas e Alimentos Ltda - EPP CNPJ: 80.262.645/0001-31; 14º Vilmar Bottin CPF: 488.506.919-04 – Agrícola e Veterinária Celeiro Ltda CNPJ: 80.189.319/0001-46; 15º Sandro Augusto Sabadin CPF: 797.105.229-49 – Sanco Distribuidora de Auto Peças Ltda - EPP CNPJ: 08.476.213/0001-04; 16º Maria Delí Medeiros de Medeiros CPF: 743.070.029-20 – D'Work Comercial de Manufaturados Ltda - ME CNPJ: 01.679.418/0001-30; 17º Claudinei Herrero CPF: 490.821.759-91 – C Herrero Confecções - ME CNPJ: 00.992.993/0001-25; 18º Itacir Grando CPF: 013.062.869-72 - Ferragens Grando Ltda CNPJ: 76.888.296/0001-90; 19º Olcimar José Parzianello CPF: 285.341.319-53 – Central Elétrica e Materiais de Construção Ltda – EPP CNPJ: 00.715.402/0001-72; 20º Nasser Hammoud CPF: 530.512.629-00 - Nasser Hammoud Eireli - ME CNPJ: 14.796.969/0001-25; 21º Angelo José Dal Pai CPF: 405.318.809-15 – Dal Pai S.A. Indústria e Comércio CNPJ: 76.490.887/0001-05; 22º Diogenes Kuczynski Szpak CPF: 004.224.799-34 – M. R. Szpak Representação e Consultoria Ltda CNPJ: 12.441.045/0001-80; 23º Mauro Roberto Szpak CPF: 802.391.889-34 – M.R. Szpak Representação e Consultoria Ltda CNPJ: 12.441.045/0001-80; 24º João Valdenir Schemberg CPF: 408.137.039-72 – JVS Peças e Serviços Automotivos Ltda CNPJ: 80.170.749/0001-16; 25º Osnei José Simões Santos CPF: 580.379.509-72 - Avant Comércio de Papéis Ltda – EPP CNPJ: 11.188.313/0001-31; 26º Amauri Donadon Leal CPF: 527.454.659-53 – Donadon Leal & Cia Ltda CNPJ: 85.079.283/0001-61; 27º Ciro Conte Chioquetta CPF: 244.747.209-97 – Ciro Conte Chioquetta – ME CNPJ: 75.005.686/0001-02; 28º Rosângela Canisso CPF: 664.352.859-34 – Campolarguense Porcelanas Personalizadas Ltda – ME CNPJ: 95.405.551/0001-41; 29º Carlos Antônio Amaral Monteiro CPF: 362.047.069-34 – A Rural Corretora de Café e Cereais SS Ltda CNPJ: 01.981.335/0001-09; 30º Cristiane Guimarães Boiko Rossetim CPF: 804.299.809-06 – Cristiane Guimaraes Boiko Rossetim - ME CNPJ: 80.225.501/0001-05; 31º Francisco Leite CPF: 322.122.839-20 – FGL Celulares e Equipamentos Eletrônicos Ltda - ME CNPJ: 06.932.927/0001-46; 32º Antônio Carlos Parieti CPF: 063.235.299-04 - New Face Cabeleireiros – Licença 061.816/2008; 33º Rodinei Nogueira CPF: 783.052.509-97 – Farmácia Natalied Ltda CNPJ: 76.781.087/0001-43; 34º Cassiano Dalledone Zancan CPF: 017.771.139-99 – Luiz Gonzaga Ferreira & Cia Ltda CNPJ: 06.932.927/0001-09; 35º ...

**DELEGADOS REPRESENTANTES DA**  
**CONSELHO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS,**

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo  
R. Visconde do Rio Branco 931/ 6º andar – Mercês – CEP 06.932.927  
TEL + 55 41 3883 4500 | FAX + 55 41 3883 4502 | 3883 4503  
CNPJ 02.818.811/0001 - 20 | federacao@fecomercompr.com.br

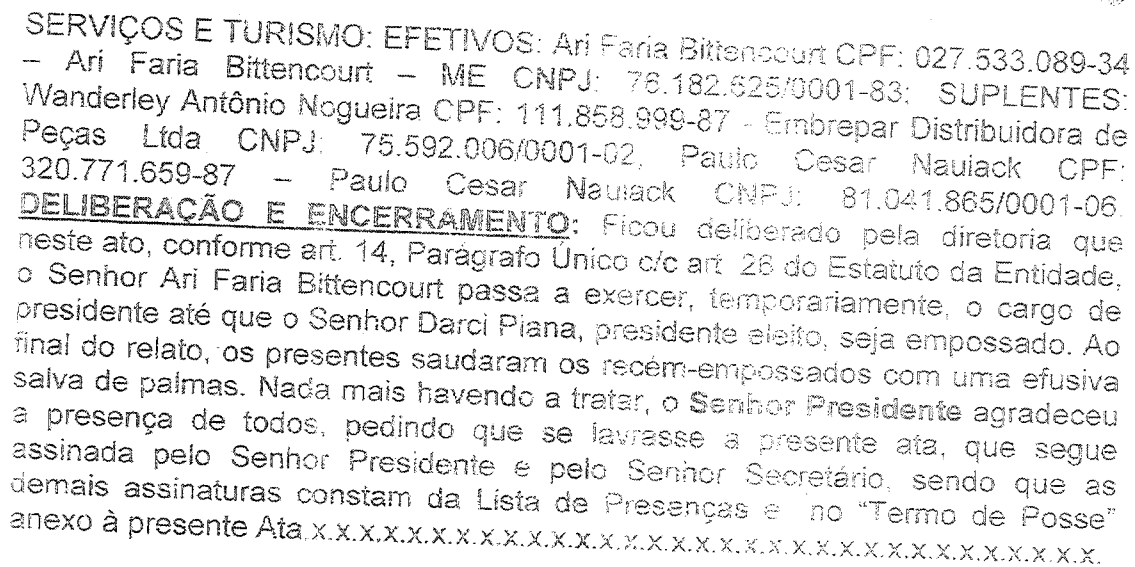
**FEDCOMÉRCIO PR JUNHO AO**  
**CONSELHO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS,**

29 JUN 2018

☐ Mariana Cristina Longhi Vitcel  
☐ Marlene Boaz Romero  
☐ Mariana Konkel Barbosa

Validar e autenticar a assinatura digital





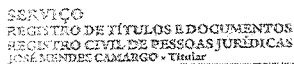
Curitiba, 22 de junho de 2018.

Ari Faria Bittencourt  
Presidente em exercício

Paulo Kronéis  
Superintendente Regional do Trabalho

Eduardo Luiz Gabardo Martins  
Secretário Ad Hoc

Alberto Batista Vilas Boas  
Diretor Secretário



Rua Marechal Deodoro, 869 - 5º andar  
 sl 304 - Centro - CEP 01.060-010  
 Curitiba - PR - Tel./Fax: (41) 3016-9000  
 www.fundecuracao.com.br

PROTOCOLADO SOB Nº 939.839  
REGISTRADO E MICROFILMADO SOB Nº 1.145.899  
AVERBADO À MARGEM DO Nº DE ORDEM 16.576 Livro "A"  
Curitiba-PR, 29 de junho de 2018

José Mendes Camargo    Michelle Mendes Camargo  
 Audrey Mansur Nejm    Diomar Ajala Balleiro  
 O Selo foi afixado na 1ª via, conforme Lei nº 13.226 do FUNARPEM SEL  
 DIGITAL Nº NXH6J.qYake.vcD9, Controle: 92rz2.dN1s  
 Valida esse selo em: <http://funarpen.com.br>

10º TABELAÇÃO DE NOTAS  
AUTENTICAÇÃO

Apresenta a seguinte reprodução  
fidel do documento apresentado  
à esta Secretaria

Curitiba-PR

29 JUN. 2018

☐ Mariana Cristina Longhi  
☐ Mariana Board Romão  
☐ Mariana Konkel Santos

20749

Valido em todo o território nacional  
até autenticação de 29/06/2018

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná  
R. Visconde do Rio Branco 931/ 6º andar - Mercês - CEP 80410-301- Curitiba/PR  
TEL + 55 41 3883 4500 | FAX + 55 41 3883 4502 | 3883 4500  
CNPJ 02.818.811/0001 - 20 | [fecomercio@fecomercio.pr.com.br](mailto:fecomercio@fecomercio.pr.com.br) | [www.fecomercio.pr.com.br](http://www.fecomercio.pr.com.br)



**MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO**  
ESTADO DO PARANÁ  
77.816.510/0001-66  
RUA OCTAVIANO TEIXEIRA DOS SANTOS, 1000 - CENTRO

## **ALVARÁ nº 107972**

O Município de Francisco Beltrão, conforme protocolo nº 4277/2018 de 15/05/2018 concede Alvará de Licença de Localização a:

### **DADOS CADASTRAIS**

**Razão Social:** SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL  
**Nome Fantasia:** UNID. DE EDUC. PROF. E TEC. DO SENAC EM FRANCISCO BELTRAO  
**Inscrição Municipal:** 107972  
**CNPJ:** 03.541.088/0002-28

### **LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

**Endereço:** AV JULIO ASSIS CAVALHEIRO, 2191 - Q 145 L 11 - CENTRO 85601000  
**Área utilizada:** 2.000,00  
**Horário de funcionamento:** Comercial  
Segunda à Sábado das 06:00 às 22:00

### **ATIVIDADES**

**Atividade Principal:**

8599-6/99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente

**Atividade(s) Secundária(s):**

7020-4/00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica.  
7319-0/04 - Consultoria em publicidade.  
7490-1/99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente.  
8531-7/00 - Educação superior - graduação.  
8533-3/00 - Educação superior - pós-graduação e extensão.  
9602-5/02 - Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza.  
8550-3/02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares.  
8593-7/00 - Ensino de idiomas.  
8599-6/04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.  
9602-5/01 - Cabeleireiros, manicure e pedicure.  
6204-0/00 - Consultoria em tecnologia da informação.  
8541-4/00 - Educação profissional de nível técnico.

### **VALIDADE**

**Alvará emitido em:** 17/07/2018

Este alvará possui validade INDETERMINADA somente para LOCALIZAÇÃO e ATIVIDADES acima descritas.

**O CONTRIBUINTE DEVE MANTER O PRESENTE ALVARÁ EM LUGAR VISÍVEL, CONFORME PARÁGRAFO III, ART. 56, DA LEI Nº. 3361/2007**

Sempre que ocorram alterações tais como: encerramento, mudanças de endereço, razão social, ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento, etc., o contribuinte será obrigado a comunicar a Prefeitura dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**ELÓIS FELICÍO RODRIGUES**

SECRETARIO DE FINANÇAS

Código de Autenticação: 9ZTMHB4735JMX38QRRS

A autenticidade deste documento pode ser verificado na opção Prefeitura on-line em [www.franciscobeltrao.pr.gov.br](http://www.franciscobeltrao.pr.gov.br)



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

|   |   |                                |
|---|---|--------------------------------|
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO<br>03.541.088/0002-28<br>FILIAL | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO<br>CADASTRAL | DATA DE ABERTURA<br>27/08/1999 |
|---|---|--------------------------------|

|  |
|--|
| NOME EMPRESARIAL<br>SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL |
|--|

|  |                 |
|--|-----------------|
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)<br>UNID. DE EDUC. PROF. E TEC SENAC - FRANCISCO BELTRAO | PORTE<br>DEMAIS |
|--|-----------------|

|   |
|---|
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL<br>85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente |
|---|

|   |
|---|
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS<br>62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação<br>70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica<br>73.19-0-04 - Consultoria em publicidade<br>74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente<br>85.31-7-00 - Educação superior - graduação<br>85.33-3-00 - Educação superior - pós-graduação e extensão<br>85.41-4-00 - Educação profissional de nível técnico<br>85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares<br>85.93-7-00 - Ensino de idiomas<br>85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial<br>96.02-5-01 - Cabeleireiros, manicure e pedicure<br>96.02-5-02 - Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza |
|---|

|  |
|--|
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA<br>307-7 - Serviço Social Autônomo |
|--|

|   |                |                                  |
|---|----------------|----------------------------------|
| LOGRADOURO<br>AV JULIO ASSIS CAVALHEIRO | NÚMERO<br>2191 | COMPLEMENTO<br>QUADRA145 LOTE 11 |
|---|----------------|----------------------------------|

|                   |                               |                                |          |
|-------------------|-------------------------------|--------------------------------|----------|
| CEP<br>85.601-274 | BAIRRO/DISTRITO<br>INDUSTRIAL | MUNICÍPIO<br>FRANCISCO BELTRAO | UF<br>PR |
|-------------------|-------------------------------|--------------------------------|----------|

|   |                            |
|---|----------------------------|
| ENDEREÇO ELETRÔNICO<br>FRANCISCOBELTRAO@PR.SENAC.BR | TELEFONE<br>(46) 3905-6800 |
|---|----------------------------|

|  |
|--|
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)<br>***** |
|--|

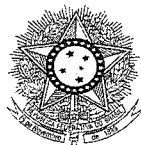
|                             |  |
|-----------------------------|--|
| SITUAÇÃO CADASTRAL<br>ATIVA | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL<br>27/08/2005 |
|-----------------------------|--|

|                              |
|------------------------------|
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL |
|------------------------------|

|                            |                                    |
|----------------------------|------------------------------------|
| SITUAÇÃO ESPECIAL<br>***** | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL<br>***** |
|----------------------------|------------------------------------|

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 16/03/2022 às 16:29:45 (data e hora de Brasília).



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 03.541.088/0002-28  
Certidão nº: 8699196/2022  
Expedição: 16/03/2022, às 16:26:54  
Validade: 12/09/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.541.088/0002-28**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Voltar

Imprimir



## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 03.541.088/0002-28

**Razão Social:** SENAC SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL

**Endereço:** AV JULIO ASSIS CAVALHEIRO 2191 / CENTRO / FRANCISCO BELTRAO / PR  
/ 85601-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 04/03/2022 a 02/04/2022

**Certificação Número:** 2022030400361527385759

Informação obtida em 16/03/2022 16:27:41

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO**  
ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**Nº7783/2022**

**RAZÃO SOCIAL:** SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL

**CNPJ:** 03.541.088/0002-28

**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:** 107972

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

**ALVARÁ:** 107972

**ENDEREÇO:** AV JULIO ASSIS CAVALHEIRO, 2191 - Q 145 L 11 - CENTRO CEP: 85601000 Francisco Beltrão - PR

**ATIVIDADE:** Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente, Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica, Consultoria em publicidade, Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente, Educação superior - graduação, Educação superior - pós-graduação e extensão, Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza, Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares, Ensino de idiomas, Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, Cabeleireiros, manicure e pedicure, Consultoria em tecnologia da informação, Educação profissional de nível técnico

Certificamos que não existem pendências em nome do contribuinte supramencionado relativas aos tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Município de Francisco Beltrão cobrar quaisquer dívidas provenientes de tributos que venham a ser apurados ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período abrangido por esta certidão.

|   |           |                  |                    |
|---|-----------|------------------|--------------------|
| <b>DATA</b>   | <b>DE</b> | <b>EMIÇÃO:</b>   | <b>08/03/2022</b>  |
| <b>DATA</b>   | <b>DE</b> | <b>VALIDADE:</b> | <b>07/05/2022</b>  |
| <b>FINALIDADE:</b>                                  |           |                  | <b>VERIFICAÇÃO</b> |
| <b>CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO:</b> 9ZTMHBUFFH5JXX28R4UU |           |                  |                    |

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na Internet, no endereço [www.franciscobeltrao.pr.gov.br](http://www.franciscobeltrao.pr.gov.br)



Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Receita Estadual do Paraná

**Certidão Negativa**  
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual  
**Nº 025875378-17**

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **03.541.088/0001-47**

Nome: **SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL**

**Estabelecimento baixado ou paralisado no Cadastro de Contribuintes do ICMS/PR**

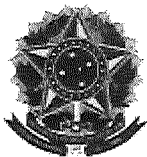
Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Válida até 11/05/2022 - Fornecimento Gratuito**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet  
[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL**  
**CNPJ: 03.541.088/0001-47**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

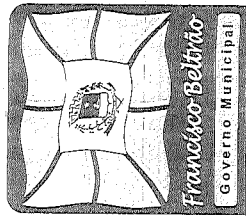
Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:11:01 do dia 25/10/2021 <hora e data de Brasília>.

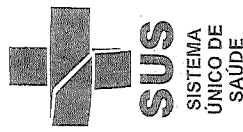
Válida até 23/04/2022.

Código de controle da certidão: **2946.0954.A6C5.78D2**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



# SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRANCISCO BELTRÃO - PR



O Departamento de Vigilância em Saúde de Francisco Beltrão, de acordo com a Lei 13.331 de 23/11/2001 e Decreto 5.711 de 23/05/2002, concede a presente

## Licença Sanitária

Nº. 1064 / 2021

**RAZÃO SOCIAL**

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL

**NOME FANTASIA**

SENAC

**CNPJ/CPF**

03.541.088/0002-28

**ENDEREÇO**

AVENIDA JULIO ASSIS CAVALHEIRO 2191

**BAIRRO**

CENTRO

**RAMO ATIVIDADE**

Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente

**DATA DA VISTORIA**

26/08/2021

**VALIDADE**

26/08/2022

**RESPONSÁVEL TÉCNICO**

MANOEL BREZOLIN  
Secretário Municipal de Saúde  
SMS - Francisco Beltrão - PR

ANDREA M. Z. DE ALMEIDA  
Diretora-Depto. de Vigilância  
em Saúde  
SMS - Francisco Beltrão PR

Mayara Luziani Fausto  
Inspetora de Autoridade Sanitária  
DVS - Francisco Beltrão - PR

Bruna Freitas Bezias  
INSPECTORA/AUTORIDADE SANITÁRIA  
DVS Francisco Beltrão - PR

ESTE DOCUMENTO DEVE SER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO.



## SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC PARANÁ

## BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício: 2020

| ATIVO                                      |                       |                       | PASSIVO   |                       |                       |
|--|-----------------------|-----------------------|---|-----------------------|-----------------------|
| ESPECIFICAÇÃO                              | 2020                  | 2019                  | ESPECIFICAÇÃO                                       | 2020                  | 2019                  |
| <b>Ativo Circulante</b>                    | <b>220.722.577,70</b> | <b>214.350.065,15</b> | <b>Passivo Circulante</b>                           | <b>27.711.010,55</b>  | <b>27.159.127,39</b>  |
| 1.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa        | 195.063.980,95        | 186.681.494,19        | 2.1.1 Obrigações Trab/Prev/Assist. a Pagar C. Prazo | 11.408.802,42         | 11.660.230,70         |
| 1.1.2 Créditos a Curto Prazo               | 23.099.914,70         | 25.380.541,87         | 2.1.3 Fornecedores e Contas a Pagar a C. Prazo      | 840.518,28            | 3.348.746,27          |
| 1.1.3 Demais Créditos e Valores a C. Prazo | 1.055.857,73          | 759.763,68            | 2.1.4 Obrigações Fiscais a C. Prazo                 | 28.305,43             | 29.990,53             |
| 1.1.5 Estoques                             | 1.394.149,11          | 1.448.873,93          | 2.1.7 Provisões a C. Prazo                          | 4.484.879,88          | 2.781.803,31          |
| 1.1.9 VPDs - Pagas Antecipadamente         | 108.675,21            | 79.391,48             | 2.1.8 Demais Obrigações C. Prazo                    | 10.948.504,54         | 9.338.356,58          |
| <b>Ativo não Circulante</b>                | <b>266.095.448,76</b> | <b>246.054.462,55</b> | <b>Passivo não Circulante</b>                       | <b>21.229.667,89</b>  | <b>8.607.822,08</b>   |
| 1.2.1 Ativo Realizável a L. Prazo          | 26.998.092,46         | 11.217.688,78         | 2.2.4 Obrigações Fiscais a L. Prazo                 | 20.979.884,93         | 8.214.570,94          |
| 1.2.2 Investimentos                        | -                     | -                     | 2.2.7 Provisões a L. Prazo                          | 249.782,96            | 393.251,14            |
| 1.2.3 Imobilizado                          | 239.097.356,30        | 234.836.773,77        |   |                       |                       |
|  |                       |                       | <b>Total do Passivo</b>                             | <b>48.940.678,44</b>  | <b>35.766.949,47</b>  |
|  |                       |                       | <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                           |                       |                       |
|  |                       |                       | <b>ESPECIFICAÇÃO</b>                                | <b>2020</b>           | <b>2019</b>           |
|  |                       |                       | <b>Patrimônio Líquido</b>                           |                       |                       |
|  |                       |                       | 2.3.7 Resultados Acumulados                         | 437.877.348,02        | 424.637.578,23        |
|  |                       |                       | <b>Total do Patrimônio Líquido</b>                  | <b>437.877.348,02</b> | <b>424.637.578,23</b> |
| <b>Total do Ativo</b>                      | <b>486.818.026,46</b> | <b>460.404.527,70</b> | <b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>        | <b>486.818.026,46</b> | <b>460.404.527,70</b> |

| ATIVO                    |                       |                       | PASSIVO                   |                       |                       |
|--------------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------------|
| ESPECIFICAÇÃO            | 2020                  | 2019                  | ESPECIFICAÇÃO             | 2020                  | 2019                  |
| <b>Ativo Financeiro</b>  | <b>247.720.670,16</b> | <b>225.567.753,93</b> | <b>Passivo Financeiro</b> | <b>48.940.678,44</b>  | <b>35.766.949,47</b>  |
| <b>Ativo Permanente</b>  | <b>239.097.356,30</b> | <b>234.836.773,77</b> | <b>Passivo Permanente</b> |                       |                       |
| <b>Saldo Patrimonial</b> |                       |                       |                           | <b>437.877.348,02</b> | <b>424.637.578,23</b> |

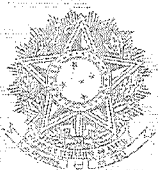
| ESPECIFICAÇÃO                            | 2020           | 2019           | ESPECIFICAÇÃO                              | 2020      | 2019      |
|--|----------------|----------------|--|-----------|-----------|
| 7.1.1 Saldo dos Atos Potenciais do Ativo | 249.191.544,60 | 265.746.540,36 | 7.1.2 Saldo dos Atos Potenciais do Passivo | 50.657,31 | 52.714,27 |

Rodrigo Vieira Santos  
Contador | CRC-PR: 064871/O-1  
CPF: 054.725.969-71

Rodrigo Sepulcri Rosalem  
Diretor de Finanças e Des. Organizacional  
CPF: 045.917.097-01

Vitor Salgado Monastier  
Diretor Regional  
CPF: 061.315.149-68

Darci Piana  
Presidente do Conselho Regional  
CPF: 008.608.089-04



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## COMARCA DE CURITIBA • ESTADO DO PARANÁ 1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Rua Marechal Deodoro, 869- 5º andar - Conjunto 504 - Fone: 3016-9007

Site: [www.1srtcamargo.com.br](http://www.1srtcamargo.com.br) - email: [contato@1srtcamargo.com.br](mailto:contato@1srtcamargo.com.br)

JOSÉ MENDES CAMARGO  
TITULAR

As certidões passadas  
pelos oficiais públicos  
fazem a mesma prova  
dos documentos originais  
Código Civil Artigo 137  
e 138.

### CERTIDÃO

CERTIFICO a pedido verbal de pessoa interessada, que revendo os documentos existentes neste Cartório, encontra-se registrado sob N.º de ordem .....16576..... e microfilmado sob N.º .....811.776..... com data de.....14.....de.....JANEIRO.....de 19....99....., no Livro....."A"....., o (a) ESTATUTO DA "FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO PARANÁ, entidade sindical de grau superior, resultante da fusão das Federações do Comercio do Estado do Paraná e do Comercio Varejista do Estado do Paraná, com base territorial no Estado do Paraná. \* CERTIFICO ainda que em data de 14 de janeiro de 1999, microfilmado sob o nº 811776, consta o registro da Ata da Assembleia de fusão das Federações do Comercio do Estado do Paraná e Federação do Comercio Varejista do Estado do Paraná, realizada no dia 14 de outubro de 1998, na qual foi votada e aprovada a fusão da Federação do Comercio Varejista do Estado do Paraná e Federação do Comercio do Estado do Paraná, resultando na criação da "FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO PARANÁ. \* CERTIFICO ainda que em data de 25 de Junho de 2012, microfilmado sob o nº 1.030.371, consta o registro da Alteração de Estatuto. \* CERTIFICO ainda que em data de 12 de dezembro de 2013, microfilmado sob o nº 1.060.654, consta o registro da Alteração de Estatuto na qual altera a sua denominação para "FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO PARANÁ", entidade sindical de grau superior, com base territorial em todo o Estado do Paraná e sede na Rua Visconde do Rio Branco, 931 – 6º andar – Curitiba – PR, tem sua organização e seu funcionamento disciplinados por este Estatuto. \* CERTIFICO ainda que em data de 08 de Agosto de 2019, microfilmado sob o nº 1.164.717, consta o registro da Alteração de Estatuto da "FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO PARANÁ", entidade sindical de grau superior, com base territorial em todo o Estado do Paraná e sede na Rua Visconde do Rio Branco, 931, 6º andar, Curitiba – PR, tem sua organização e seu funcionamento disciplinado por este Estatuto. \* CERTIFICO ainda que em data de 10 de Outubro de 2019, microfilmado sob o nº 1.167.239, consta o registro da Alteração de Estatuto da "FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO PARANÁ", entidade sindical de grau superior, com base territorial em todo o Estado do Paraná e sede na Rua Visconde do Rio Branco, 931, 6º andar, Curitiba – PR, tem sua organização e seu funcionamento disciplinados por este Estatuto. \* CERTIFICO ainda que em data de 09 de Junho de 2020, microfilmado sob o nº 1.175.105, consta o registro da Alteração de Estatuto da "FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVICOS E

Secrevente



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## COMARCA DE CURITIBA • ESTADO DO PARANÁ 1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Rua Marechal Deodoro, 869- 5º andar - Conjunto 504 - Fone: 3016-9007  
Site: [www.1srtcamargo.com.br](http://www.1srtcamargo.com.br) - email: [contato@1srtcamargo.com.br](mailto:contato@1srtcamargo.com.br)

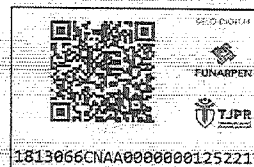
**JOSÉ MENDES CAMARGO**

**TITULAR**

**TURISMO DO PARANÁ**, entidade sindical de grau superior, com base territorial em todo o Estado do Paraná e sede na Rua Visconde do Rio Branco, 931, 6º andar, Curitiba – Paraná, tem sua organização e seu funcionamento disciplinados por este Estatuto. \* **CERTIFICO** ainda que em data de 29 de Junho de 2018, microfilmado sob o nº 1.146.899, consta o registro da Ata de Posse da Diretoria da FEÇOMERCIO/PR, realizada no dia 22 de junho de 2018, na qual tomou posse a sua diretoria para o quadriênio 2018-2022, ficando assim constituída – Presidente: **DARCI PIANA** (temporariamente impossibilidade de tomar posse), 1º Vice-Presidente: **ARI FARIA BITTENCOURT**; 2º Vice-Presidente: **PAULO CESAR NAUIACK**; 3º Vice-Presidente: **LUIZ CARLOS BORGES DA SILVA**; 4º Vice-Presidente: **PAULO HERMINIO PENNACCHI**; 5º Vice-Presidente: **CARLOS RODRIGUES DO NASCIMENTO**; 6º Vice-Presidente: **PAULO BEAL**; 7º Vice-Presidente: **ULISSES PIVA**; 8º Vice-Presidente: **EDENIR ZANDONÁ JUNIOR**; 9º Vice-Presidente: **ALI SAADEDDINE**; 10º Vice-Presidente Câmara do Comercio Atacadista: **PEDRO JOANIR ZONTA**; 11º Vice-Presidente Câmara do Comercio Varejista: **JOSÉ ALEX GONÇALVES FIGUEIRA**; 12º Vice-Presidente Conselho de Agentes Autônomos: **LUIZ SÉRGIO WOZNIAKI**; 13º Vice-Presidente Conselho de Assuntos do Mercosul: **VALTER DA SILVA BARROS**; 14º Vice-Presidente Conselho de Turismo: **EVERTON MUFFATO**; 15º Vice-Presidente Câmara de Mediação e Arbitragem: **JOSÉ CARLOS LOUREIRO NETO**; Diretor 1º Secretário: **IDALBERTO BATISTA VILAS BOAS**; Diretor 2º Secretário: **NELCIR ANTONIO FERRO**; 3º Secretário: **AÍDA SANTOS ASSUNÇÃO**; 1º Tesoureiro: **NELSON JOSÉ BIZOTO**; 2º Tesoureiro: **SEGISMUNDO MAZUREK**; 3º Tesoureiro: **JUAREZ BERTI FRIZZO**. \* **CERTIFICO** ainda que em data de 19 de Outubro de 2018, microfilmado sob o nº 1.152.124, consta o registro do Termo de Posse do Presidente Eleito para o mandato de 2018 a 2022, na qual tomou posse o Sr. **DARCI PIANA**, nos cargos de Presidente da Diretoria e do Conselho Fiscal da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – Fecomercio/PR, para os quais foi eleito para o mandato do quadriênio 2018/2022. \* **CERTIFICO** mais de que de acordo com seu Estatuto – Artigo 14 – Item III – Compete ao Presidente da FEÇOMERCIO/PR: a representação legal, judicial e extrajudicial da Entidade, facultando delegar poderes. \*(Estando seus documentos devidamente arquivados neste Cartório).\*\*\*\*\*

**O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ**  
**CURITIBA, 01 DE JUNHO DE 2021**

*Dionar Ajala Balieiro*  
Escrevente



1813066CNA00000001252217

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**COMARCA DE CURITIBA** **ESTADO DO PARANÁ**

1º OFÍCIO DISTRIBUIDOR, PART. E CONTADOR JUDICIAL DO FORO  
CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA  
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 1º ANDAR - FONE: (41) 3027-5253  
EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL - CENTRO-CÍVICO  
CEP: 80530-906  
www.1distribuidorcuritiba.com.br



**EMPREGADOS JURAMENTADOS**

SANDRA LUCIA PELIKI  
LUIZ CARLOS KOFANOVSKI  
ISABEL ANGELA WYPYCH  
MARIANY BEATRIZ DA SILVA SCAPINELI  
CHRISTIANNE SOARES MOREIRA  
KARINA BAVARO ALVES  
FERNANDA GALLASSINI  
VANESSA MANENTE

**PEDIDO DE CERTIDÕES**

**JOSÉ BORGES DA CRUZ FILHO**

**TITULAR**

EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL  
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 - TÉRREO - CEP 80530-906

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL \* FALÊNCIA \* CONCORDATA \* CRIME \* CIVEL**  
VARAS CRIMINAIS-VARAS DA FAZENDA-VARAS DA FAMÍLIA-PRECATORIA DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS  
EXECUÇÕES FISCAIS DO ESTADO E DO MUNICÍPIO - REGISTROS PÚBLICOS - TRIBUNAL DO JURI  
TABELIONATOS - JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**FEITOS AJUIZADOS**

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, para FINS  
GERAIS, que revendo os livros de registros de distribuições físicas e eletrônicas de  
AÇÕES DE FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E  
EXTRAJUDICIAL, existentes nesta serventia, dos mesmos NÃO CONSTA qualquer ação  
contra:

**# SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM  
COMERCIAL #**

**CNPJ.03.541.088/0001-47**

no período de 18 de março de 1963 (data da instalação deste cartório - Lei No.4.677, de  
29/12/62) a 24/06/2021 .

**O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.**

**Curitiba, 28 de junho de 2021 .**

**LUIZ CARLOS KOFANOVSKI**  
**Escrevente Juramentado**

Emitida por: LUIZ  
Lei nº19.803 de 21/Dez/18  
Tabela XVI dos Distribuidores nº VI letra a (R\$ 33.66)

Digitally signed  
by 1º OFÍCIO DE  
DISTRIBUIDOR  
DO FORO  
CENTRAL DA  
COMARCA:751552  
67000157  
Date:  
2021.06.28  
12:50:08 BRT

**1º**  
OFÍCIO DISTRIBUIDOR

\*\*\* Se impressa, verificar sua autenticidade no <http://www.1distribuidorcuritiba.com.br/autentica> usando o código 84D2FE95 \*\*\*



**PORTARIA ESPECÍFICA N.º 144/2021**

**“DESIGNA EMPREGADO DO SENAC/PR,  
PARA O EXERCÍCIO INTERINO DA  
FUNÇÃO GRATIFICADA DE DIRETOR  
REGIONAL”**

O Presidente do Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, no Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

**RESOLVE**

Art. 1.º DESIGNAR **SIDNEI LOPES DE OLIVEIRA**, empregado do SENAC/PR, para o exercício interino da função gratificada de Diretor Regional, cumulativamente, com a função de Diretor de Divisão de Recursos Humanos, percebendo o valor correspondente a maior gratificação.

Art. 2.º Esta Portaria Específica entra em vigor a partir desta data, revogando quaisquer outras disposições que colidirem com as determinações do presente instrumento.

Curitiba, 24 de setembro de 2021.

  
**Darci Piana**  
Presidente do Conselho Regional

  
Vanise Melgar Talavera  
Assessora Jurídica  
SENAC/PR

24/09/2021



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

PR

PR

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

2175069409

VALIDA

2175069409

NOME

SIDNEI LOPES DE OLIVEIRA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF

8006954-5 SESP PR

CPF

023.465.999-80

DATA NASCIMENTO

16/12/1977

FILIAÇÃO

ANTONIO LOPES DE OLIVEIRA

NELCI HELENA DE OLIVEIRA

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.

B

Nº REGISTRO

01773194219

VALIDADE

20/11/2025

1ª HABILITAÇÃO

26/04/2001

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

DATA EMISSÃO

20/11/2020

LOCAL

CURITIBA, PR

ASSINATURA DO EMISSOR

02585656603

PR919012060

PARANA